



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO DE ADMINISTRATIVO DE "AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DOCENTES PARA AS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR / ANO LECTIVO 2015 - 2016" ADJUDICADO À SOCIEDADE POR QUOTAS EGOR CONSULTING - DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E NEGÓCIOS, LDA, DO PORTO [PF 177/2015]-----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **15 de outubro de 2015**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar da Aldeia, freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de **presidente da referida Câmara Municipal, em representação do Município de Arcos de Valdevez**, pessoa coletiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e de harmonia com o seu despacho de 2 de Outubro de 2015, que autorizou a celebração do contrato, como primeiro outorgante; e -----

Drª Elisabete Maria Gomes Roxo, casada, titular do cartão de cidadão nº 08994546, natural da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, concelho de Lisboa, residente na Rua Miguel Pais, nº 66 E, 5º Dtº, Barreiro, que outorga na qualidade de **procuradora**, em representação da sociedade comercial por quotas, **EGOR CONSULTING - DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E NEGÓCIOS, LDA**, com sede no Edifício Península, Praça do Bom Sucesso, nº 123 a 169, Porto, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com a matrícula correspondente ao número fiscal de contribuinte 504494112, com o capital social de € 6.000,00, como segunda outorgante, a fim de reduzir a escrito o respectivo contrato, nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes: -----

Primeira: O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Despacho da Presidência da Câmara Municipal de **02 de Outubro de 2015**, adjudicou, por Ajuste Directo, nos termos dos artigos 20º, nº 1, e 124º, e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada da segunda outorgante, a “**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DOCENTES PARA AS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR / ANO LECTIVO 2015 - 2016**”. -----

Pelo referido Despacho a Presidência da Câmara Municipal aprovou ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos. -----

Segunda: O preço contratual é de **€ 63.950,00 (Sessenta e três mil novecentos e cinquenta euros)**, mais IVA, à taxa legal em vigor. -----

Terceira: O prazo de prestação dos serviços adjudicados é de **300 dias**, e teve o seu início em **15 de setembro de 2015**. -----

Quarta: O pagamento dos encargos resultantes do presente contrato será efetuado no prazo de 60 dias a contar da data da apresentação da correspondente fatura. -----

Quinta: Os encargos resultantes deste contrato serão satisfeitos pela rubrica orçamental seguinte, na qual têm cabimento adequado: -----

- Classificação orgânica - Capítulo **02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

- Classificação Económica – Agrupamento **02** – Aquisição de Bens e serviços; Subagrupamento **02** – Aquisição de serviços; Rubrica **20** – Outros trabalhos especializados; Alínea **99** - Outros. -----

Sexta: O presente contrato foi objeto de parecer prévio vinculativo favorável da Câmara Municipal, de **7 de setembro de 2015**, nos termos do disposto nos nºs 5, 6 e 12 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado para

2015), e artigo 3º da Portaria nº 149/2015, de 26 de maio. -----

Sétima: 1 - A assunção de compromissos plurianuais relativos ao presente contrato foi precedida de autorização genérica da Assembleia Municipal, conferida na sessão ordinária realizada em **19 de Dezembro de 2014**, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromisso e dos Pagamentos em Atraso). -----

2 - Os referidos compromissos serão repartidos em conformidade com o preço contratual e tendo em conta o prazo de execução do contrato, da seguinte forma, incluindo o valor do IVA: -----

- No ano de 2015 – € 28.317,06; -----

- No ano de 2016 – € 50.341,44. -----

Oitava: O presente contrato **não está sujeito** a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, designadamente, do artigo 145º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor. -----

Nona: 1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; -----

b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos; -----

c) O caderno de encargos; -----

d) A proposta adjudicada. -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

Décima: É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

Décima Primeira: Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Décima Segunda: A segunda outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

Décima Terceira: Que se obriga a realizar a prestação dos serviços adjudicados dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos. -----

Foram apresentados pela segunda outorgante os seguintes documentos: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **10-09-2015**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças do Porto-2, em **20-08-2015**, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Certidão Permanente do Registo Comercial com o código de acesso 3576-2884-5830, subscrita em 05/02/2015 e válida até **05/02/2016**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade, d) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; e) Procuração conferida à segunda outorgante pela qual foram verificadas a qualidade e suficiência de poderes da mesma para este acto; f) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido em voz alta na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo

e efeitos por mim, Serfino Gus Sarag Chefe de Divisão
Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----

Serfino Gus Sarag
Discretário
Serfino Gus Sarag

Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **137/029/2015**, de **09/10/2015**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **38/2015**